



COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

ATA NÚMERO 45/XII/1.ª SL

Aos catorze dias do mês de março de 2012, pelas 11:30 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho na sala n.º 9 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 44;
2. Distribuição do Projeto de Lei n.º 192/XII (CDS-PP) – Cria a Ordem dos Fisioterapeutas.
Deputado autor do parecer: GP do PS;
3. Apreciação e votação do parecer sobre os Projetos de Lei n.ºs 14/XII (BE) – Consagra o direito a uma indemnização emergente de doença profissional aos trabalhadores da empresa nacional de Urânio e 116/XII (PCP) - Altera o regime jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio S.A., contemplando o direito a indemnizações por morte ou doença.
Deputado autor do parecer: João Figueiredo (PSD);
4. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 124/XII (PCP) – Altera o mecanismo de prova de condição de recursos permitindo a atualização permanente dos rendimentos do agregado familiar.
Deputada autora do parecer: Joana Barata Lopes (PSD);
5. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 179/XII (Os Verdes) – Procede à alteração ao Código de Trabalho (Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 105/2009, de 14 de setembro, e 53/2011, de 14 de outubro).
Deputado autor do parecer: Nuno Sá (PS);
6. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), que presidiu à reunião, começou por colocar em apreciação a ata n.º 44, a qual, submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

No ponto seguinte da Ordem do Dia, foi designada a Senhora Deputada Luísa Salgueiro (PS) autora do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 192/XII (CDS-PP).

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) informou que a Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) era designada autora do parecer do Projeto de Lei n.º 180/XII (PCP) – Estatuto do Pessoal de Investigação Científica em Formação, cuja discussão, na generalidade, em Plenário estava agendada para dia 4 de abril.

No terceiro ponto da Ordem do Dia, o Senhor Deputado João Figueiredo (PSD) pôs à consideração da Comissão o facto de O Partido Ecologista Os Verdes ter acabado de entregar na Mesa da Assembleia da República o Projeto de Lei n.º 199/XII (Os Verdes), que *procede à 2.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2005, de 10 de fevereiro, sobre o Regime Jurídico de Acesso às Pensões de Invalidez e Velhice dos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio (ENU), S.A., e estabelece o direito a indemnização em caso de doença*. Ora, tratando-se de matéria conexa com a dos Projetos de Lei n.ºs 14/XII (BE) e 116/XII (PCP) e uma vez que o respetivo parecer ainda não foi aprovado, propôs que o mesmo não fosse apreciado naquela reunião de modo a poder ser incluída a apreciação do Projeto de Lei entretanto apresentado pelo grupo parlamentar Os Verdes. A Comissão deliberou no sentido proposto por consenso.

De seguida, a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) apresentou de forma sucinta o parecer sobre o Projeto de Lei n.º 124/XII (PCP).

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) usou da palavra para chamar a atenção para uma afirmação imprecisa constante do parecer em apreciação porque, não obstante o objetivo político do GP do PCP ser a revogação do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, através daquele projeto de lei pretende-se alterar o mecanismo de prova de condição de recursos permitindo a atualização permanente dos rendimentos do agregado familiar. Adiantou tratar-se de uma solução pensada para aqueles casos em que o rendimento do agregado familiar se altera a meio do ano, designadamente porque ambos os cônjuges ficaram desempregados.

Também a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) interveio para contestar a proposta relativa à entrada em vigor daquela iniciativa, caso fosse aprovada, por discordar da argumentação baseada na violação da "lei-travão". Prosseguiu dizendo que, por não ter

sido feita qualquer avaliação de impacto, é muito difícil prever até que ponto poderá verificar-se um aumento da despesa.

Do mesmo modo, o Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) concordou tratar-se de uma situação diferente daquelas em que é aprovado um aumento de prestações sociais. Daí que, mesmo diferindo a entrada em vigor daquele projeto de lei para momento posterior ao da aprovação do Orçamento do Estado para o ano seguinte, por se tratar de uma situação de incerteza, não pôde deixar de reiterar as dúvidas já partilhadas pelos Deputados cujas intervenções antecederam a sua.

O Senhor Deputado Mário Ruivo (PS) disse que, quanto à substância, o GP do PS estava de acordo com o proposto, não podendo, no entanto, deixar de equacionar que, provavelmente, os serviços da segurança social não terão condições técnicas para poder dar resposta à solução preconizada.

A Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) disse estar disposta a alterar a redação do ponto 2 dos considerandos em ordem a ir de encontro às objeções do Deputado Jorge Machado. A respeito da eventual violação da lei travão, lembrou que também o Provedor de Justiça chamava a atenção para essa circunstância no ofício dirigido ao Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social em 18 de novembro de 2011.

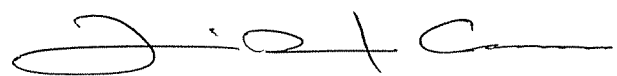
Submetidos à votação, foram os pontos I (Considerandos) e III (Conclusões) do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 124/XII (PCP) aprovados por unanimidade.

O quinto ponto da Ordem do Dia foi retirado em virtude de o Projeto de Lei n.º 179/XII (Os Verdes) ter sido desagendado do Plenário de 17 de março, provavelmente, por decorrer a respetiva apreciação pública de 12 de março a 11 de abril.

Em outros assuntos, o Senhor Presidente lembrou que as sugestões para a Comissão reunir fora da Assembleia da República seriam apreciadas na próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas doze horas e trinta minutos, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

O Presidente,



(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 21 de março de 2012.

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Reunião de 14 de março de 2012

Folha de Presenças

(Ata n.º 45/XII/ 1.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Arménio Santos
Artur Rêgo
Clara Marques Mendes
Idália Salvador Serrão
Joana Barata Lopes
João Figueiredo
João Paulo Pedrosa
Jorge Machado
José Manuel Canavarro
Maria das Mercês Borges
Mariana Aiveca
Mário Ruivo
Miguel Laranjeiro
Nuno Sá
Pedro Roque
Teresa Costa Santos
Conceição Bessa Ruão
Luísa Salgueiro

Faltou a seguinte Senhora Deputada:

Inês Teotónio Pereira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Sónia Fertuzinhos
Vieira da Silva